



Eixo II: Inovação e Criação

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA ACERVOS AUDIOVISUAIS EM TV UNIVERSITÁRIA

INFORMATION POLICY AND INSTITUTIONAL REPOSITORY TO AUDIOVISUAL COLLECTIONS OF ACADEMIC TELEVISION STATIONS

FRANCISCO EDVANDER PIRES SANTOS

MARIA GIOVANNA FARIAS

LUIZ TADEU FEITOSA

Resumo: Este trabalho consiste na primeira etapa metodológica de uma pesquisa de mestrado em Ciência da Informação, que tem como objetivo desenvolver uma política de informação para repositório institucional visando à gestão de acervos audiovisuais. A partir da pesquisa bibliográfica e da análise documental, apresenta as diretrizes publicadas pela *International Federation of Library Associations and Institutions* e pela *International Association of Sound and Audiovisual Archives*, com a finalidade de definir os elementos para uma política de informação audiovisual. Para coleta de dados, o procedimento utilizado foi a observação participante, que se deu por meio de visitas realizadas na redação de um programa de televisão produzido por uma universidade pública brasileira, onde houve conversas informais com a equipe de jornalistas e anotações em diário de campo. Na estruturação do protótipo de um repositório institucional, três vídeos foram selecionados para análise de conteúdo, descrita em planilhas e resultando na definição de metadados no *software DSpace* e na proposta inicial de comunidade, subcomunidade e coleções para repositório digital da TV universitária visitada. Conclui apresentando inferências acerca dos possíveis resultados da pesquisa, discutindo os elementos a serem levados em consideração na elaboração da política audiovisual, a saber: política de seleção e desenvolvimento de acervos audiovisuais; política de metadados baseados no padrão *Dublin Core* e no *DSpace*; e política de acesso e uso do repositório.

Palavras-chave: Política de informação. Repositório institucional. Acervo audiovisual. Programa de televisão. TV universitária.

Abstract: This paper presents the first methodological stage of a post-graduation research on Information Science, which aims to develop an information policy to manage audiovisual collections on digital repository. Bibliographical research and documentary analysis made possible the discussion of the guidelines published by the *International Federation of Library*

Associations and Institutions and the International Association of Sound and Audiovisual Archives, focusing on deciding the elements that will be proposed as audiovisual information policy. The participant observation was used as a procedure to collect data, by visiting a production department, taking notes, and also by talking to the crew of an academic television station placed in a federal university in Brazil. The prototype of an institutional repository was developed on DSpace, from watching three videos and analyzing its content, which was described on spreadsheets and, after that, its metadata had resulted in the initial proposal of communities and collections to a digital repository. Finally, this study concludes that it is possible to make inferences on the results of the post-graduation research through discussing some elements which should be taken into consideration at developing the information policy, such as: selection and development of audiovisual collections; metadata based on the Dublin Core format from DSpace; and guidelines to promote the access and use of the repository.

Keywords: *Information policy. Institutional repository. Audiovisual collections. TV program. Academic television station.*

1 INTRODUÇÃO

Uma das responsabilidades que cabe diretamente ao bibliotecário é a definição de políticas de informação enquanto documentos normativos que estabeleçam diretrizes para a gestão de acervos e norteiem procedimentos a serem adotados por uma determinada comunidade no que se refere à disponibilização de sua produção científica, técnica, artística ou cultural. Para além dos muros de uma biblioteca universitária, existem acervos que necessitam da mediação do bibliotecário para que sejam disponibilizados eficazmente ao seu respectivo público. Dentre esses acervos, estão os audiovisuais, que nem sempre receberam a devida atenção por parte das bibliotecas (SMIT, 1993).

A produção informacional e documental em larga escala que caracteriza os ambientes de informação audiovisual, tais como emissoras de televisão, cinematecas e agências de publicidade, dentre outros, exige do bibliotecário uma postura diferenciada, no sentido de propor metodologias de trabalho que venham ao encontro da dinâmica específica desses ambientes. No meio acadêmico, por exemplo, são muitas as possibilidades de produção audiovisual, com realidades distintas, de acordo com cada comunidade, haja vista algumas das situações com as quais já nos deparamos: recebimento de DVDs como doação para o acervo das bibliotecas; trabalhos de conclusão de curso em formato de documentário; eventos científicos gravados e exibidos *online*; palestras, videoconferências, videoaulas, premiações importantes, lançamentos de livros, defesas de teses e dissertações, cerimônias de posse e de colação de grau, espetáculos teatrais e musicais etc.

Diante dessa realidade, compartilharemos neste trabalho uma proposta de atuação do bibliotecário na gestão do acervo audiovisual de um programa de televisão produzido por uma universidade pública. O objetivo é apresentar a primeira etapa metodológica de uma pesquisa de mestrado que visa desenvolver uma política de informação para repositório institucional de acervos audiovisuais, cujo ambiente de pesquisa é o referido programa de TV universitária.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL

Desde o início dos anos 2000, há diretrizes para a gestão da informação e documentação audiovisual sendo aperfeiçoadas nacional e internacionalmente, com o respaldo de importantes instituições. Nesse sentido, consideramos quatro documentos pertinentes para a Biblioteconomia e Ciência da Informação: a versão oficial e a proposta de atualização das Diretrizes para Materiais Audiovisuais e Multimedia em Bibliotecas e Outras Instituições, da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2006, 2017), as *Guidelines on the Production and Preservation of Digital Audio Objects* e o *Handling and Storage of Audio and Video Carriers*, da *International Association of Sound and Audiovisual Archives* (IASA, 2009, 2014).

Em seus princípios gerais, as diretrizes da IFLA destacam o papel mediador do bibliotecário como o profissional que deve “preocupar-se em disponibilizar informação nos formatos mais adequados às diferentes necessidades e tipos de utilizador [usuário], que devem claramente discernir-se.” Ou seja, independente do formato ou suporte, é atribuição do bibliotecário definir estratégias que permitam o acesso livre de uma determinada comunidade ao que está sendo produzido na instituição ou no ambiente de onde acessa informação. Tendo em vista o ano de 2006, essas mesmas diretrizes estabelecem que:

Um grande volume de informação, em constante crescimento – cobrindo quer interesses educacionais e recreativos, quer necessidades de informação – tem vindo a ser produzido numa grande variedade de formatos audiovisuais e electrónicos. **O acesso a estes materiais deve ser tão livre e gratuito como o acesso a materiais impressos.** (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006, p. 3, grifo nosso).

Percebemos, na verdade, uma grande mudança ao compararmos o cenário dos anos pós-2010 com o da citação acima, pois muitas nuances se destacam na produção audiovisual, tais como: a chegada da alta definição das imagens, a popularização da TV a cabo, a

consolidação dos serviços de *streaming*, a era da convergência e transmídia (COSTA, 2010; JENKINS, 2009), o amplo alcance do *YouTube*, o autoarquivamento, a preservação digital e, dentre outras especificidades, a produção cada vez maior de registros audiovisuais nas universidades públicas. Neste último caso, a biblioteca universitária como ambiente híbrido de informação (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002), isto é, onde coexistem acervos físicos e digitais, precisa incorporar à sua rotina a gestão da produção audiovisual de maneira institucional, determinando critérios e diretrizes para gestão das coleções físicas e do material em meio digital. Associada à formação desses dois tipos de acervo com informação audiovisual, Primo e Cabral (2014) trazem uma abordagem que se relaciona diretamente com a produção de conteúdo quando diferenciam os vídeos analógicos dos digitais:

Os vídeos analógicos são aqueles que foram gravados em mídias como fitas magnéticas. Esse tipo cedeu lugar para os vídeos digitais graças à evolução da tecnologia e ao fácil acesso aos dispositivos de captura. [...] Vale lembrar que o vídeo digital é aquele que pode ser manipulado em computador. Os formatos de arquivo mais comuns são MPEG, AVI e DivX. Para a TV Digital, o formato usado é o DVB e para o consumo são adotados os formatos DVD-Vídeo e Vídeo CD. O vídeo digital pode ser transmitido pela internet e por redes telefônicas digitais. (PRIMO; CABRAL, 2014, p. 136).

No anexo C da proposta de atualização das diretrizes da IFLA (2017, p. 17-19), estão descritos os principais suportes físicos utilizados no registro da informação audiovisual, dos quais os DVDs são tidos como predominantes nos acervos das bibliotecas, na medida em que as fitas DV e, mais recentemente, os cartões de memória e HDs predominam na rotina de gravação das emissoras de televisão. Com isso, um detalhe importante que precisa ser considerado pelo bibliotecário é a definição sobre qual o formato de vídeo será incorporado ao acervo digital, quais sejam: FLV, AVI, WMV, MOV, RMVB, MPEG, MKV, dentre outros.

Sobre os vídeos digitais como meio de visibilidade do que se produz na universidade em termos de audiovisual, os repositórios institucionais são a ferramenta essencial para que as imagens sejam salvaguardadas, preservadas e acessadas por uma comunidade de usuários específica. Na definição de Marcondes e Sayão (2009, p. 9), “Um repositório institucional é uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição.”

Entretanto, tendo em vista som e imagens em movimento, esse conceito se estende para além da produção técnico-científica, pois as manifestações artísticas, culturais, políticas e

de cunho não científico caracterizam a produção do documento audiovisual, e a proposta de um repositório institucional deve englobar a configuração de metadados e interface própria de acordo com o tipo de coleção a ser incorporado ao acervo digital. Como exemplo, os metadados destinados à catalogação e indexação de um documentário nem sempre serão os mesmos adotados para um programa de televisão. Acerca da escolha dos metadados, as diretrizes da IASA (2009), uma das associações mais atuantes na gestão audiovisual, estabelecem o padrão *Dublin Core* como o mais flexível para configurar os campos e a interface de busca em repositórios audiovisuais.

No que se refere ao desenvolvimento de coleções de áudio e vídeo, sejam físicas ou digitais, “É necessário estabelecer, em separado, prioridades e critérios de seleção para este tipo de recursos, os quais podem variar de formato para formato. Tais critérios serão a base do desenvolvimento de coleções nessa área.” (IFLA, 2006, p. 6). Neste aspecto, o manual da IASA (2014) apresenta diretrizes que visam subsidiar as tomadas de decisão quanto às mídias de arquivamento, preservação digital e condições de temperatura nos acervos físicos de documentação audiovisual, dentre outras variáveis que influenciam na gestão da informação.

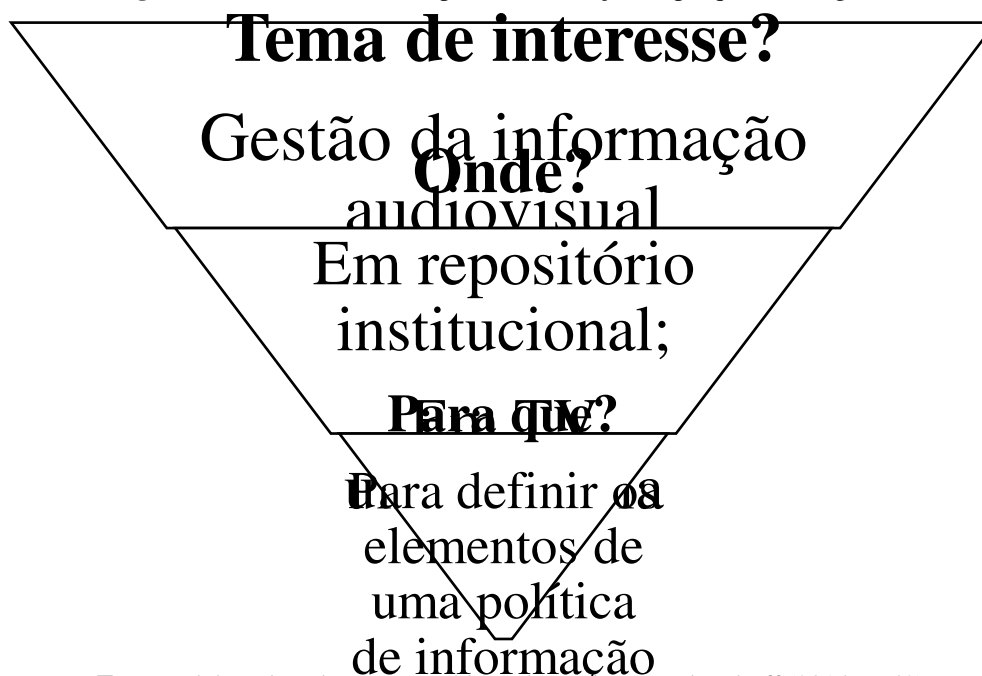
Vergueiro (2010) sinaliza a formação de acervos audiovisuais num capítulo exclusivamente sobre seleção de materiais especiais e multimeios, no qual o autor destaca os filmes, vídeos e DVDs como materiais passíveis de serem incorporados aos acervos das bibliotecas. Em sua discussão, independente do tipo de material informacional, a incorporação do audiovisual dependerá da natureza e finalidade da biblioteca. Assim, “Antes de entrar na busca de critérios, deve-se discutir o papel que esse material representará no conjunto do acervo.” (VERGUEIRO, 2010, p. 36). Atualmente, os acervos físicos são complementados ou, em alguns casos, substituídos pela disponibilização do conteúdo em ambiente digital, a exemplo do que ocorre nos canais de vídeos do *YouTube* e em outros veículos de comunicação que consolidam o fenômeno da transmídia (COSTA, 2010).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

No desenvolvimento deste trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise documental visando à definição das bases para elaboração de uma política de informação audiovisual. Com a finalidade de delimitar a abordagem, dentre a amplitude que o tema gestão da informação audiovisual nos possibilita pesquisar, adaptamos, para a pesquisa bibliográfica, a técnica da pirâmide invertida apresentada por Hohendorff (2014), a qual

permite delinear a temática de pesquisa partindo do assunto mais geral para o mais específico, conforme as perguntas e respostas da figura 1:

Figura 1 – Pirâmide invertida para a delimitação da pesquisa bibliográfica.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017), baseado em Hohendorff (2014, p. 42).

Desse modo, tivemos acesso a estudos recuperados pelas palavras-chave da pirâmide invertida, a saber: informação audiovisual (CALDERA-SERRANO, 2014; PRIMO; CABRAL, 2014); repositório institucional (COSTA; LEITE, 2009; MARCONDES; SAYÃO, 2009); e política de informação (TOMAÉL; SILVA, 2007). Baseado nesse aporte teórico, discutimos, na seção anterior, as características dos acervos audiovisuais e sua incorporação em repositório digital.

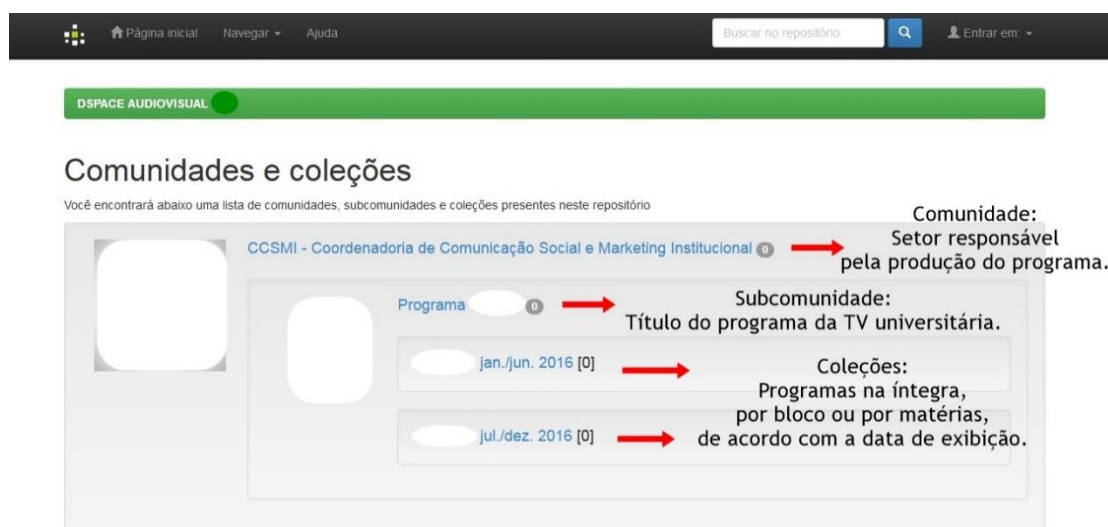
A análise documental foi realizada com base em quatro publicações de caráter normativo e enquanto diretrizes para a gestão audiovisual (IFLA, 2006, 2017; IASA, 2009, 2014), possibilitando-nos definir os elementos para elaboração de uma política de informação (TOMAÉL; SILVA, 2007). Referente à análise documental, concordamos com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10) quando afirmam que esse método se propõe, dentre outros aspectos relevantes, a “produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. [...] O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência.” Quanto à análise dos documentos, a síntese das informações e as nossas inferências foram registradas em fichamentos e em diário de campo durante o primeiro semestre do ano de 2017, e os principais pontos acerca dos quatro documentos também foram discutidos na seção anterior.

Para coleta de dados, recorreremos à observação participante (ABIB; HOPPEN; HAYASHI JUNIOR, 2013; CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015) em visitas técnicas à redação de um programa de televisão com conteúdo produzido para uma universidade pública. Durante as visitas, houve conversas informais com os profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades de produção do material audiovisual, o qual é gravado e veiculado para posterior disponibilização *online* no *YouTube*. Procedemos com anotações em diário de campo, por meio do *software Evernote*, que também nos conduziram a pensar nos elementos para uma política de informação.

Após essa etapa, selecionamos, aleatoriamente, três programas, datados do ano de 2016, para assistirmos a fim de nos familiarizar com o conteúdo produzido e extrair as principais informações de cada vídeo. Para o preenchimento das informações sobre os programas, estruturamos três planilhas, contendo os seguintes campos: título do programa; data de exibição; título da reportagem; tempo de duração da reportagem, de cada bloco e do programa na íntegra; nome dos entrevistados, repórteres, cinegrafistas, editores, apresentadores e produtores; local de gravação; sinopse, palavras-chave e descrição das imagens de cada matéria (CALDERA-SERRANO, 2014).

Tomando como base as planilhas preenchidas, fez-se necessária a representação descritiva e temática da informação em repositório digital, onde constatamos que a configuração dos metadados no *software DSpace* permite uma maior visibilidade ao acervo audiovisual. Instalamos, portanto, o *DSpace* em computador pessoal e definimos uma estrutura hierárquica flexível (COSTA; LEITE, 2009) na criação de comunidade, subcomunidade e coleções a partir do material assistido, categorizando (BARDIN, 2016) os metadados de acordo com os campos definidos nas planilhas. A figura 2 ilustra o resultado dessa etapa inicial da pesquisa:

Figura 2 – Comunidades e coleções da proposta de repositório audiovisual.

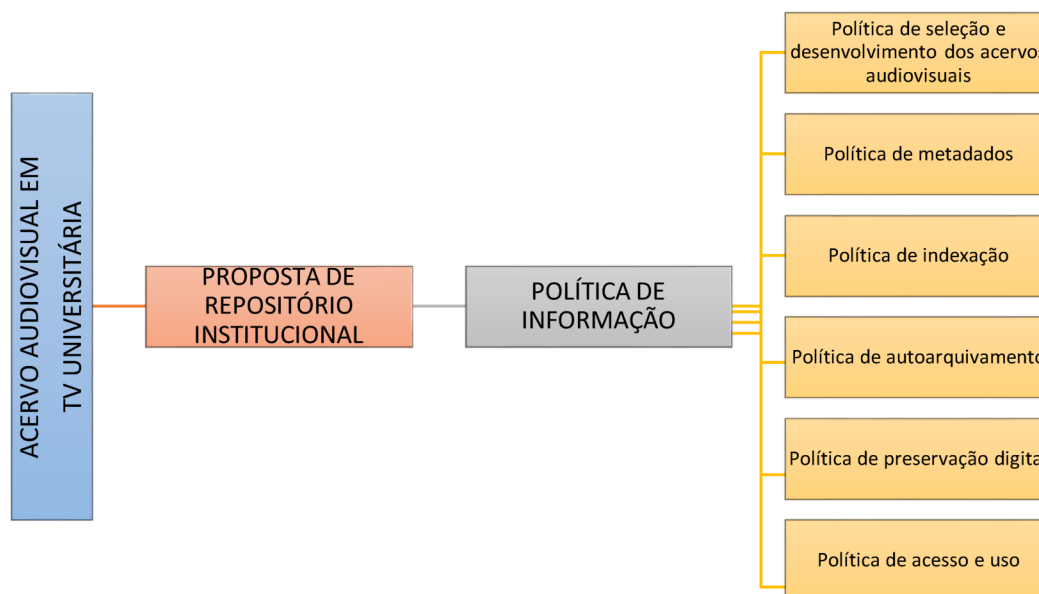


Fonte: Elaborado pelos autores no *DSpace* (2017).

Nessa estrutura, temos: o setor responsável pela produção do programa como comunidade do repositório; o título do programa como subcomunidade; e as coleções preestabelecidas de acordo com os dois semestres do ano de 2016, a fim de que os vídeos sejam incorporados segundo a data de exibição. O ano de 2016 foi escolhido como parâmetro para a construção desse modelo de repositório devido ao fato de as visitas à redação da TV universitária terem ocorrido no início do primeiro semestre de 2017. Logo, as visitas e a estruturação do protótipo do repositório institucional se deram concomitantemente.

Por fim, desenvolvemos um mapa conceitual que apresenta os elementos para uma política de informação destinada à gestão de acervos audiovisuais em repositório institucional. Esse mapa, por sua vez, originará um modelo para nortear a elaboração da política, na medida em que avançarmos na pesquisa de mestrado. Assim, a proposta inicial de delineamento do repositório institucional e da política de informação pode ser visualizada na figura 3:

Figura 3 – Elementos para elaboração da política de informação audiovisual.



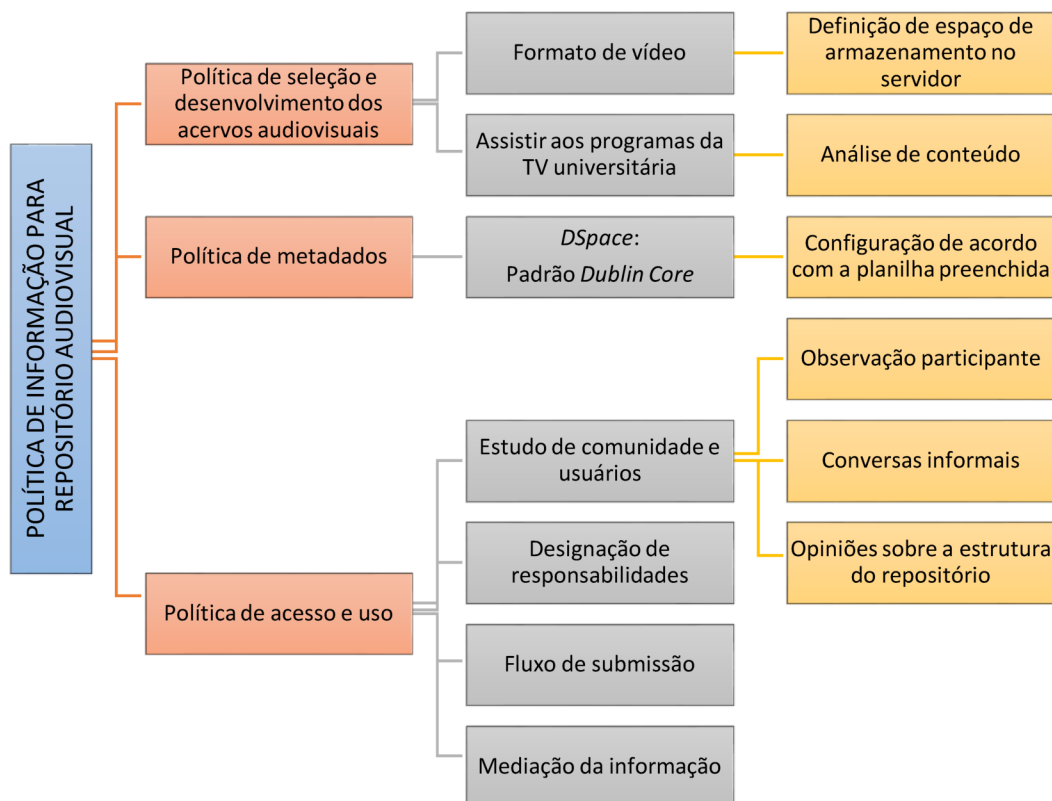
Fonte: Elaborado pelos autores (2017), baseado em Tomaél e Silva (2007).

Ao analisarmos a figura 3, temos como ambiente de pesquisa uma TV universitária que disponibiliza *online* todos os programas na íntegra, porém, sem a presença de um bibliotecário para gerir eficazmente o acervo audiovisual. Para tanto, a proposta de um repositório institucional no *DSpace*, com a finalidade de incorporar as reportagens produzidas, exige, conseqüentemente, a elaboração de uma política de informação, objetivo geral da pesquisa, que contemple os seguintes elementos: critérios específicos para seleção e desenvolvimento de acervos audiovisuais (IFLA, 2006, 2017; VERGUEIRO, 2010), configuração de metadados (IASA, 2009, 2014) e diretrizes para indexação (RUBI, 2012), autoarquivamento, preservação digital e estratégias de acesso e uso (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Nessa vertente, os objetivos específicos da pesquisa norteiam a proposta de elaboração da política de informação: analisar o acervo audiovisual da TV universitária, disponível no *YouTube*, a fim de incorporá-lo ao repositório institucional; definir diretrizes para construção da política de informação audiovisual; e propor a atuação do bibliotecário na implantação da política e na gestão dos acervos audiovisuais da universidade. O objeto de estudo é, portanto, o acervo de imagens; e o ambiente da pesquisa, a TV universitária.

Do mapa conceitual ilustrado na figura 3, extraímos o recorte a ser abordado nas considerações parciais deste trabalho, que vão ao encontro do que foi discutido até aqui (ver figura 4):

Figura 4 – Recorte dos elementos para elaboração da política de informação audiovisual.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017), baseado em Tomaél e Silva (2007).

A figura 4 traz os elementos-chave para a elaboração das primeiras diretrizes a constarem na política de informação para repositório audiovisual, para o qual definiremos, inicialmente, as orientações relativas às políticas de seleção e desenvolvimento de acervos, de metadados e de acesso e uso. Nesse sentido, haverá metodologias próprias que nos conduzirão a definir cada orientação a ser preestabelecida na política, dadas as especificidades das diretrizes e as inferências dos resultados que esperamos alcançar a partir da aplicação da pesquisa. A seguir, teceremos algumas considerações parciais sobre esses aspectos.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A primeira abordagem da política de informação determinará os critérios de **seleção e desenvolvimento de acervos audiovisuais**, partindo da definição do formato de vídeo, espaço de armazenamento e análise de conteúdo das imagens.

Após os processos de captura e edição de imagens, o programa na íntegra vai ao ar num canal de televisão UHF. Para realizar o percurso da universidade à sede da TV que

transmite o programa, os vídeos são salvos em HD externo e transportados para a central de exibição, comumente denominada de setor Master na maioria das emissoras de TV. Após a veiculação, os vídeos são deletados do HD, no intuito de otimizar o espaço de armazenamento para os demais programas e matérias editadas. Em seguida, cada programa é postado na íntegra em canal do *YouTube*, e nessa convergência de mídias há uma questão a ser pensada antes de estabelecermos a primeira diretriz da política: qual o formato de vídeo mais adequado às necessidades informacionais da comunidade de jornalistas?

O formato exibido pela TV aberta é o MOV, com imagens em alta definição, mas, ao fazer o *upload* do vídeo para o *YouTube*, ocorre, inevitavelmente, a perda na qualidade de som e imagem, se comparados à exibição original. A conversão do vídeo se dá para o formato MPEG; portanto, este será o formato definido na política para submissão ao repositório institucional. Quanto à seleção do material a ser incorporado ou não ao repositório, a própria comunidade é quem decidirá se o programa será catalogado e indexado na íntegra, por bloco ou por matéria, considerando sempre o cadastro do programa mais recente para o mais antigo.

O método da análise de conteúdo também será utilizado nesse processo. Na medida em que assistirmos às reportagens, a categorização dos programas far-se-á necessária para determinar o assunto principal de cada vídeo, que chamaremos, na pesquisa, de retranca. Não será possível atribuir as palavras-chave nessa categorização inicial, pois o objetivo é a familiarização com as produções da TV universitária. Para isso, escolheremos uma amostragem a partir do acervo disponível no *YouTube*, e os anos de 2017 e 2018 serão priorizados para a execução da análise, seguindo o critério de serem trabalhados os programas mais recentes e, além disso, pelo fato dos programas passarem a ser exibidos novamente em TV aberta no início de 2017.

Na estruturação do protótipo do repositório, definimos a primeira comunidade, subcomunidade e coleção, porém, para incluir efetivamente os campos inseridos nas planilhas preenchidas, será necessária a realização de testes na composição de cada metadado no *DSpace*. O título do programa e a data de exibição serão os metadados norteadores das diretrizes acerca da configuração dos campos para representação descritiva e temática da informação, por isso a comunidade definida foi o setor responsável pela produção dos programas, tendo como subcomunidade o título do programa e como coleções os programas divididos por semestre, visando a uma melhor navegação e visualização do usuário no momento da busca por data de exibição. Em arquivos de TV, é convencional a organização do acervo físico por título do programa e data de exibição; assim, replicamos esse método na proposta de repositório digital e o abordaremos na **política de metadados**.

Torna-se insignificante toda e qualquer estratégia ou tentativa de gestão da informação audiovisual se não houver a efetiva participação da comunidade e a mediação do bibliotecário em todo o fluxo de submissão. Por isso, estabeleceremos a **política de acesso e uso** com base nos princípios de mediação da informação. Desde as conversas informais até a apresentação da estrutura do repositório, a opinião dos (futuros) usuários é essencial para o sucesso deste desafio. Portanto, determinar critérios para o estudo de comunidade e usuários, designar responsabilidades na implantação e gestão do repositório, assim como padronizar os fluxos de submissão e arquivamento, constituir-se-ão em vertentes a serem trabalhadas nesta política.

Iremos propor à comunidade a submissão por autoarquivamento, da mesma forma como os jornalistas incorporam o acervo ao *YouTube*, com a diferença de que a universidade institucionalizará a sua produção audiovisual por meio de uma biblioteca digital específica para esse tipo de coleção e, por consequência, atuará em conjunto com bibliotecários especialistas na gestão de informação sonora e de imagens em movimento.

Encerraremos, parcialmente, esta discussão inicial sobre gestão da informação audiovisual em TV universitária evocando os aspectos metodológicos que nos motivaram a propor um modelo de repositório audiovisual e uma consequente política de informação: a formulação de hipótese em consonância com os objetivos da pesquisa, apresentados na seção anterior. Partimos, então, da seguinte hipótese: ainda que os programas da TV universitária estejam disponíveis, na íntegra, em canal do *YouTube*, é necessário institucionalizar a gestão e promover o acesso aberto à informação audiovisual; logo, a elaboração de uma política de informação se constitui em fator-chave para levar adiante toda e qualquer estratégia de gestão informacional e documental. Dessa forma, entendemos que essa hipótese vai ao encontro das inferências deste trabalho, ou seja, daquilo que almejamos como resultados de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABIB, Gustavo; HOPPEN, Norberto; HAYASHI JUNIOR, Paulo. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, n. 6, p. 604-616, nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol53-num6-2013/observacao-participante-em-estudos-administracao-informacao-no-brasil>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALDERA-SERRANO, Jorge. Resumiendo documentos audiovisuales televisivos: propuesta metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 147-158, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n2/11.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

COSTA, Rafael Rodrigues da. **A TV na web: percursos da reelaboração de gêneros audiovisuais na era da transmídia**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8852>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *In*: SAYÃO, Luis *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. *In*: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Org.). **Manual de produção científica**. Porto alegre: Penso, 2014. cap. 2, p. 39-54.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). **Guidelines on the Production and Preservation of Digital Audio Objects**. Edited by Kevin Bradley. 2nd ed. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.iasa-web.org/tc04/audio-preservation>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). **Handling and Storage of Audio and Video Carriers**. Edited by Dietrich Schüller and Albrecht Häfner. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.iasa-web.org/tc05/handling-storage-audio-video-carriers>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Directrizes para materiais audiovisuais e multimedia em bibliotecas e outras instituições**. Elaborado por Bruce Royan e Monika Cremer. Traduzido por Maria Inês Cordeiro. The Hague, 2006. (IFLA Professional Reports, n. 80). Tradução de: Guidelines for audiovisual and multimedia materials in libraries and other institutions (work in progress). Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/ifla-professional-reports-80>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Guidelines for audiovisual and multimedia collection management in libraries (draft)**. Revisado por Sonia Gherdevich. The Hague, 2017. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/node/11361>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. *In*: SAYÃO, Luis Fernando *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

PRIMO, Lane; CABRAL, Sidarta. **Produção audiovisual**: imagem, som e movimento. São Paulo: Érica, 2014.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Gijón, Espanha: Ediciones Trea, 2002.

RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Ed.). **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. cap. 7, p. 171-183. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n.1/2, p. 81-85, jan./jun. 1993.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.